

Ribeirão Preto, 1º de abril de 2019.

À

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Atenção da **Diretoria**

Prezado Senhor

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA**, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP


Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Abril de 2019

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Pedido de certificado de filantropia

Conforme nota explicativa 27, a Fundação protocolou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido de renovação do Certificado de Filantropia, sob alegação de ser a sucessora do Instituto Santa Lydia, e estar atendendo todos os requisitos de Entidade Beneficente de Assistência Social à Saúde. A Fundação obteve deferimento ao pedido de concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, válido a partir de 31 de dezembro de 2014. Contudo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não contemplam quaisquer ajustes que seriam requeridos para o caso de ser indeferido o pedido de enquadramento da Fundação como filantrópica, para os períodos anteriores, o qual ainda se encontra em julgamento.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 22 de março de 2019.



BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2


Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.941.238	2.068.113
Contas a receber	5	15.714.753	5.343.757
Estoques	6	789.461	621.143
Outros créditos	7	374.770	371.337
Despesas antecipadas		18.372	4.638
Total do ativo circulante		21.838.594	8.408.988
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	78.097	77.644
Investimentos		200.000	-
Imobilizado	8	6.586.987	6.958.229
Total do ativo não circulante		6.865.084	7.035.873
Total do ativo		28.703.678	15.444.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Nota		
	explicativa	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	440.678	1.166.236
Fornecedores e prestadores de serviços	10	5.689.713	3.446.910
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	3.321.026	2.379.295
Provisão de férias e encargos		2.866.612	1.926.670
Outras obrigações	12	918.804	722.424
Contratos de gestão pública a realizar	13	7.730.464	-
Total do passivo circulante		20.967.297	9.641.535
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	2.438.532	101.445
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	107.689	616.570
Outras obrigações	12	825.376	913.963
Provisão para contingências	14	242.172	165.055
Total do passivo não circulante		3.613.769	1.797.033
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(552.049)	(762.905)
Ajuste de avaliação patrimonial		4.352.727	4.541.602
Reserva de doações		16.740	16.740
Superávit acumulado		305.194	210.856
Total do patrimônio líquido	16	4.122.612	4.006.293
Total do passivo e patrimônio líquido		28.703.678	15.444.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Nota	2018	2017
	explicativa		
Receita operacional			
Serviços de Saúde	17	68.991.750	53.546.622
Doações	18	23.528	39.701
		69.015.278	53.586.323
Custos dos serviços prestados	19	(61.772.195)	(47.909.481)
Superávit Bruto		7.243.083	5.676.842
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	20	(3.394.806)	(3.235.335)
Com pessoal		(3.851.042)	(3.605.815)
Outras receitas operacionais		272.913	1.236.616
		(6.972.935)	(5.604.534)
Superávit antes do resultado financeiro		270.148	72.308
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		332.487	668.214
Despesas financeiras		(486.316)	(730.469)
	21	(153.829)	(62.255)
Superávit do exercício		116.319	10.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	2018	2017
Superávit do exercício	116.319	10.053
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	188.875	200.803
Resultado abrangente do exercício	305.194	210.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit acumulado	Total patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2017	(4.226.877)	4.742.405	16.640	1.263.972	1.796.140
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	1.263.972	-	-	(1.263.972)	-
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	2.200.000	-	-	-	2.200.000
Doações de bens tangíveis	-	-	100	-	100
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(200.803)	-	200.803	-
Superávit do exercício	-	-	-	10.053	10.053
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(762.905)	4.541.602	16.740	210.856	4.006.293
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	210.856	-	-	(210.856)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(188.875)	-	188.875	-
Superávit do exercício	-	-	-	116.319	116.319
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(552.049)	4.352.727	16.740	305.194	4.122.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	116.319	10.053
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	25.674	(7.166)
Depreciações e amortizações	431.630	488.997
Juros sobre empréstimos	131.599	382.508
Provisão (reversão) para demandas judiciais	77.117	(560.901)
Resultado do exercício ajustado	<u>782.339</u>	<u>313.491</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em contas a receber	(10.396.669)	705.864
Aumento nos estoques	(168.318)	(76.050)
Aumento em outros ativos	(17.620)	(15.263)
Aumento em fornecedores	2.242.803	148.709
Aumento (redução) em obrigações sociais e provisão de férias	1.372.791	(391.461)
Aumento (redução) em outras obrigações	7.838.257	(711.778)
Disponibilidades líq. geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais	<u>1.653.583</u>	<u>(26.488)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e Investimentos temporários	(260.388)	(156.424)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	<u>(260.388)</u>	<u>(156.424)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.020.099	-
Liquidações dos empréstimos, financiamentos e juros	(1.540.169)	(2.140.841)
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	-	2.200.000
Disponibilidades líquidas geradas pelas ativ. de financiamentos	<u>1.479.930</u>	<u>59.159</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.873.125</u>	<u>(123.753)</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.941.238	2.068.113
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.068.113	2.191.866
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.873.125</u>	<u>(123.753)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada em Ribeirão Preto SP, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constitui-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e suplementarmente à iniciativa privada. Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, dos direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

No exercício de 2014, através do processo de nº. 1038008-78.2014.8.26.0506 a Fundação é ré em ação civil pública com pedido de intervenção, cumulada com pedido alternativo de extinção de Fundação. Em 18/11/2014 o processo requerido acarretou na suspensão de todos os diretores e nomeação da comissão interventora da Fundação. Em 19/11/2014 ocorreu a suspensão dos membros do Conselho Curador, bem como do Superintendente da época. A Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública nomeou a Comissão Mista de Administração, com a função de novos administradores da Fundação, com plenos poderes de gerência (supervisionar, administrar e promover as medidas pertinentes como auditoria para apurar as causas do déficit financeiro). Em 24/11/2014 a Comissão Mista de Administração e Intervenção assumiu a direção da Fundação, pelo mandato judicial acima descrito, mandato judicial esse perdurou até 31 de dezembro de 2017.

A Comissão Mista de Administração traçou várias metas desde o início do processo de intervenção. Muitas das ações propostas não trazem resultados imediatos, mas promovem, gradualmente, o equilíbrio financeiro da Fundação devendo ser contínuas e monitoradas conforme itens abaixo:

- Priorização dos contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS) na oferta de serviços

hospitalares da Fundação;

- Treinamento contínuo dos profissionais envolvidos nos Processos de Seleção para contratação de empregados da Fundação;
- Implantação das normas e procedimentos estabelecidos no Regulamento Próprio de Contratações, observando os princípios da economicidade, amplo acesso, igualdade, publicidade e transparência, onde foram realizadas diversas licitações, pregões, objetivando a otimização da utilização dos recursos financeiros da Fundação e melhorando a qualidade dos insumos e serviços contratados;
- Quitação das dívidas parceladas (passivo referente aos anos de 2011 a 2015) e negociadas por meio dos editais de Chamamento Público nº. 001, 002 de 2015 e 003 de 2016, com os respectivos pactos realizados por Termo de Adesão, de acordo com a entrada das parcelas do aporte homologado pela Lei Municipal nº 13.527 de 03 de junho de 2015;
- Manutenção dos pagamentos dos acordos de parcelamento junto a CPFL, DAERP, Receita Federal, INSS;
- Quitação de todas as parcelas de FGTS atrasadas do período de 2013 e 2014;
- Monitoramento do orçamento anual implantado;
- Recebimento do Aporte de capital da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:

Ano	Valores (em R\$)
2015	3.200.000
2016	4.800.000
2017	2.200.000
2018	-
Valor total aporte	10.200.000

- Manutenção das Certidões Negativas de INSS, FGTS e Certidão Positiva com efeito de negativa dos Tributos da Receita Federal com a quitação e/ou parcelamentos devidamente autorizados pelo órgão;
- Reforma e ampliação do laboratório de análises clínicas da Fundação para melhor adequação do espaço físico, locação e comodatos de equipamentos mais modernos, contratação e treinamento de recursos humanos, atualização do sistema de informática, visando automação dos processos e ampliação da oferta de serviços para a rede pública e privada de saúde;

Conforme acordado em outubro de 2017 entre a Comissão Mista de Administração, Ministério Público e representantes da Prefeitura Municipal de Saúde, com o objetivo de estruturar seus órgãos de gestão e fiscalização, foi nomeado, em 13/11/2017, através da Portaria 1145 do Gabinete do Prefeito, o Conselho Curador da Fundação e em 26/12/2017 o Prefeito Municipal, através da Portaria 1326, nomeou a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Com a nova gestão municipal e a reativação dos órgãos de governança e de fiscalização da Fundação, a Secretaria Municipal de Saúde, dentro do seu plano municipal, trouxe vários novos projetos para a Fundação.

No Hospital, iniciamos em março de 2018, o atendimento ambulatorial em cardiologia que consiste em atendimento de enfermagem, atendimento médico e exames de auxílio diagnóstico. A meta mensal estabelecida pela Secretaria de Saúde foi de 800 (oitocentas) consultas mês com a expectativa de sanar a fila de espera de pacientes do Sistema Único de Saúde, que no início dos atendimentos era de 1.200 (hum mil e duzentos) pacientes. Com a estruturação da equipe do hospital para esse atendimento e através de uma busca ativa desses pacientes, essa demanda reprimida foi resolvida em 03 (três) meses de funcionamento do ambulatório e, a partir de então, está sendo atendida a demanda real de parte dos pacientes SUS que necessitam dessa especialidade na cidade de Ribeirão Preto.

Também implantamos o Credenciamento de Empresas Médicas na renovação dos contratos dos serviços médicos do hospital, apesar de tratar-se de atividade fim da Fundação, esse mecanismo possibilita maior transparência no processo e a busca constante de parceiros capacitados para atender as nossas demandas e, conseqüentemente, a melhora da qualidade da assistência prestada aos nossos pacientes. No ano de 2018 foram realizados 05 (cinco) Credenciamentos de Empresas Médicas de diferentes especialidades.

Também em 2018, foi dada continuidade na melhoria do laboratório de análises clínicas da Fundação através das revisões dos contratos de comodatos dos equipamentos do laboratório que possibilitou a melhora da tecnológica dessa área e, conseqüentemente, possibilitou a ampliação com a parceria com a Secretaria da Saúde de um aumento de aproximadamente 60 (sessenta) mil exames/mês no final de dezembro de 2018 com um custo médio unitário reduzido em aproximadamente 12%.

Mas, destaca-se em 2018 os Contratos de Gestão firmados com a Secretaria Municipal de Saúde onde a Fundação assumiu, a partir de abril de 2018, a implantação e gestão dos Serviços de Assistência à Saúde das Unidades Básica Distrital Dr. João Baptista Quartim - Pronto Socorro Central, Dr. Sérgio Arouca - Quintino II e a Unidade Pronto Atendimento Dr. Luís Loisi Viana - UPA 13 de Maio que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços de urgência do município de Ribeirão Preto, onde quantitativamente corresponde ao equivalente populacional do município.

Para implantação dos contratos de gestão houve uma mobilização das áreas administrativas e assistenciais da Fundação que demandou, em 2018, a realização de 35 (trinta e cinco) Processos Licitatórios, 08 (oito) Processos Seletivos que resultou em aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) contratações de empregados além da reestruturação do Credenciamento de Empresas Médicas para atendimento de urgência e emergência que possibilitou o direcionamento dos profissionais médicos, pela sua qualificação, sendo alocados para os atendimentos das áreas verdes, amarelas e vermelhas nessas unidades sob gestão da Fundação, buscando constantemente o aprimoramento da qualidade e segurança do atendimento oferecido para os usuários do SUS de Ribeirão Preto.

Também foi implantado na UPA da 13 de Maio o Laboratório de Análises Clínicas em junho de 2018, que possibilitou a liberação dos resultados de exames em até 01 (uma) hora, situação bem diferente antes dessa implantação, pois os resultados eram liberados em média, em 03 (três) horas. Com isso, há um resultado direto na assistência através de melhor resolutividade das demandas dos pacientes, início mais rápido do tratamento necessário, diminuindo assim o encaminhamento para leitos hospitalares e liberação mais rápida do paciente.

A implantação dos laboratórios próprios das UBDS Central e Quintino II também iniciaram em 2018 com previsão de implantação total no início de 2019.

Para maior segurança do paciente e agilidade no atendimento, também foi implantado nas 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento sob Gestão da Fundação sistema que padroniza a classificação de risco conforme protocolo de Manchester.

Com a reestruturação da Central de Plantões, ampliamos em 35,43% as empresas médicas devidamente cadastradas conforme regras estabelecidas no Credenciamento Médico, totalizando 237 (duzentos e trinta e sete) empresas.

Assim, em 2018, foram atendidos nessas 03 (três) Unidades mais de 210 (duzentos e dez) mil pacientes e realizados mais de 195 (cento e noventa e cinco) mil exames de laboratório.

Referente a estruturação da Fundação em 2018 foi elaborado a revisão do organograma da Fundação com a descrição de cargos, políticas de remuneração compondo cargos em comissão (livre provimentos), efetivos (contrato por tempo indeterminado), temporários (contratos por tempo determinado) e cedidos (pelo poder público) compondo o quadro de empregos da Fundação que será apreciado pelo Conselho Curador e encaminhado para manifestação do Ministério Público no 1º semestre de 2019.

Iniciou-se a elaboração da nova proposta de estatuto e regimento interno da Fundação para apreciação e aprovação do Ministério Público e Poder Judiciário, visando a melhoria da estrutura de governança da Fundação.

Também houve o comprometimento da diretoria em cumprir os pagamentos já negociados nos Termos de Adesão dos Editais publicados e dos parcelamentos obtidos junto à Receita Federal, INSS e DAERP, além de cumprir as obrigações do exercício.

Para o exercício de 2019 as metas estabelecidas pela Diretoria da Fundação Hospital Santa Lydia são:

- Aprovação pelo Conselho Curador do Organograma, descrição dos cargos e política de remuneração;
- Aprovação das alterações proposta para o estatuto e do regimento interno da Fundação;
- Ampliar a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com pelo menos mais um Contrato de Gestão junto a uma Unidade Básica de Saúde de Ribeirão Preto;
- Negociar junto a Secretaria Municipal de Saúde e implantar o Contrato de Gestão para as atividades hospitalares da Fundação, ampliando os atendimentos em ambulatórios de especialidade, exames de diagnóstico e cirurgias eletivas que

- demandará estruturação de recursos humanos, predial e tecnológica no hospital;
- Priorizar ações de gestão nas 03 (três) unidades de Pronto Atendimento com Contratação de Gestão estabelecido para aprimorar as informações para a apuração dos indicadores estabelecidos e buscar constantemente melhorias na qualidade da assistência prestadas;
 - Iniciar a implantação do sistema de custos da Fundação com objetivo de gerar informações consistentes e confiáveis para as tomadas de decisões da diretoria;
 - Revisar todo processo operacional do hospital, iniciando pelo departamento pessoal e áreas administrativas;
 - Ampliar as atividades da Comissão de Controle Interno;
 - Ampliar o fornecimento de serviços assistenciais para região de Ribeirão Preto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Fundação conseguiu reverter capital circulante líquido negativo (Ativo circulante - Passivo Circulante) para positivo, demonstrando a constante melhora dos resultados apresentados obtidos através de uma gestão austera, onde é necessário salientar que no ano de 2018 não houve aporte financeiro por parte da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto para a Fundação.

Além disso, essas novas parcerias fortaleceram a Fundação Hospital Santa Lydia como uma fundação de apoio à Secretaria de Saúde que resolveu diversas demandas assistenciais da comunidade de Ribeirão Preto e possibilitou a contínua busca de transformar a Fundação em uma instituição viável dando a garantia de prosseguir e ampliar as atividades da instituição tão importantes no cenário da saúde de Ribeirão Preto e que foi tão arriscada nos anos anteriores.

Comparado aos resultados dos exercícios anteriores é possível observar uma reversão significativa da situação patrimonial e financeira, demonstrando uma tendência de equilíbrio e fortalecimento da Fundação. Vale ressaltar que em 2016 a Fundação voltou a apresentar Patrimônio Líquido Positivo (Ativo - Passivo). O compromisso da administração da Fundação é de continuar a implantação de ações que resultem na melhoria dos resultados objetivando a continuidade normal e racional das operações da Fundação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 22 de março de 2019. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao

reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2018.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão pública e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

j) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

k) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no

futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Contratos de gestão pública

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 22.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

q) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit acumulados no patrimônio líquido.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	148.526	5.900
Bancos conta movimento	88.980	1.242
Aplicações financeiras (i)	1.666.181	2.060.971
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão (nota22)	751.999	-
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão a transferir para Fundação (ii)	2.285.552	-
Total	4.941.238	2.068.113

(i) Refere-se aos fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

(ii) Valor financeiramente registrado como aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão, no entanto, referem-se ao valor equivalente a recursos próprios utilizados pela Fundação para o pagamento de parte do rateio dos custos e despesas para os contratos de gestão, assim, a Fundação optou em reclassificar esse montante contabilmente para uma rubrica específica, e em período subsequente irá recompor o caixa e equivalentes de caixa da Fundação, não vinculado a contratos de gestão.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Convênios	1.130.626	1.184.463
Outros créditos a receber	92.609	64.296
Sistema Único de Saúde – SUS	1.522.289	4.381.381
Contrato de Gestão (ii) – nota 22	13.281.286	-
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(312.057)	(286.383)
Total	15.714.753	5.343.757

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1.

6. Estoques

Descrição	2018	2017
Medicamentos	330.938	247.946
Almoxarifado (i)	458.523	373.197
Total	789.461	621.143

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7. Outros créditos

Descrição	2018	2017
Cheques devolvidos	-	2.200
Cartões de crédito	79.085	103.451
Adiantamento a colaborador	282.752	261.550
Adiantamentos a fornecedores	12.933	6.336
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	-	(2.200)
Total	374.770	371.337

8. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de			2018	2017
	deprec. média anual	Custo + AAP	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.488.985	(1.401.905)	4.087.080	4.269.881
Máquinas e equip.	6,67 a 100%	2.008.405	(1.741.432)	266.973	342.812
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	906.086	(620.666)	285.420	320.092
Equip. de inform.	25 a 100%	513.342	(513.232)	110	27.834
Equip. Hospitalares	20%	495.183	(188.269)	306.914	357.120
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
Total		11.096.697	(4.509.710)	6.586.987	6.958.229

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

b. **Movimentação do custo histórico + Ajuste de avaliação patrimonial**

Descrição	2017	Adições	2018
Terrenos	1.640.490	-	1.640.490
Edificações	5.488.985	-	5.488.985
Máquinas e equipamentos	1.977.394	31.011	2.008.405
Móveis e utensílios	880.209	25.877	906.086
Equipamentos de informática	509.842	3.500	513.342
Equipamentos Hospitalares	495.183	-	495.183
Veículos	44.206	-	44.206
Total	11.036.309	60.388	11.096.697

c. **Movimentação da depreciação acumulada**

Descrição	2017	Adições	2018
Edificações	(1.219.104)	(182.801)	(1.401.905)
Máquinas e equipamentos	(1.634.582)	(106.850)	(1.741.432)
Móveis e utensílios	(560.117)	(60.549)	(620.666)
Equipamentos de informática	(482.008)	(31.224)	(513.232)
Equipamentos Hospitalares	(138.063)	(50.206)	(188.269)
Veículos	(44.206)	-	(44.206)
Total	(4.078.080)	(431.630)	(4.509.710)

9. **Empréstimos e Financiamentos**

Modalidade	Taxa de juros mensal	Datas de vencimento	2018	2017
Bradesco S.A (Capital de (-) Encargos a transcorrer	1,03%	10/08/2023	3.816.134 (936.924)	1.397.347 (129.666)
Total			2.879.210	1.267.681
Circulante			440.678	1.166.236
Não circulante			2.438.532	101.445

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) para o capital de giro são de 1,03% a.m. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2020 até agosto de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2018	2017
Saldos iniciais	1.267.681	3.026.015
Captação de empréstimos e financiamentos	3.020.099	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	(1.540.169)	(2.140.842)
Juros e variação monetária	131.599	382.508
Total	2.879.210	1.267.681

A Administração da Fundação, no exercício de 2018, optou por fazer a liquidação dos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal dos seguintes contratos: 2274 e 2355, com juros mensais de 1,20% e 1,48%, respectivamente, e valor de prestação mensal total de R\$ 161.989,09. A prestação mensal do atual contrato está em R\$ 68.145,25 para pagamento em 60 prestações, pagos até o momento 4/60 parcelas.

10. Fornecedores e prestadores de Serviços

Descrição	2018	2017
Fornecedores nacionais	1.440.918	1.116.116
Fornecedores – Contrato de Gestão (nota 22)	262.871	-
Honorários médicos – Pessoa física	23.568	47.725
Honorários médicos – P. física – C. Gestão (nota 22)	3.520	-
Honorários médicos – Pessoa jurídica	1.337.909	2.283.069
Honorários médicos – P. jurídica – C. Gestão (nota 22)	2.620.927	-
Total	5.689.713	3.446.910

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não circulante
Salários a pagar	600.264	-	1.189.319	-
Salários a pagar - C. Gestão (v)	1.147.405	-	-	-
Pensão alimentícia a pagar	765	-	735	-
P. Alimentícia – C. Gestão (v)	1.041	-	-	-
Contribuição sindical	11.165	-	41.798	-
Contrib. Sindical - C. Gestão (v)	3.300	-	-	-
INSS empregados (i)	77.955	-	151.463	-
INSS – Contrato Gestão (v)	193.350	-	-	-
FGTS – Empregados (i)	119.065	-	196.035	-
FGTS – Contrato Gestão (v)	155.187	-	-	-
Parcelamento FGTS (ii)	44.376	25.886	44.335	96.059
Parcelamento INSS (iii)	182.838	58.446	174.557	230.334
IRRF a recolher (i)	57.097	-	150.764	-
IRRF – Contrato Gestão (v)	180.627	-	-	-
COFINS/PIS (i)	58.350	-	135.924	-
COFINS/PIS – Contr. Gestão (v)	165.882	-	-	-
Parcelamento de tributos (iv)	280.281	23.357	267.855	290.177
ISS	269	-	220	-
ISS – Contrato Gestão (v)	4.506	-	-	-
Rescisões a pagar	30.479	-	23.290	-
Rescisões – C. Gestão (v)	2.857	-	-	-
Bolsa Auxílio	3.967	-	3.000	-
Total	3.321.026	107.689	2.379.295	616.570

Os projetos firmados com as diversas entidades governamentais que ainda estão em fase de execução, são os seguintes:

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.

- (ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 160 parcelas, com vencimento final em 22/5/2020. O encargo social é relativo ao período de 10/2003 a 7/2006. A Fundação, sucessora do Instituto, espera renegociar o parcelamento.
- (iii) Saldo de parcelamento com o Ministério da Previdência Social em até 60 parcelas (2 parcelamentos ao todo), com vencimento final em 30/6/2020. O encargo social é relativo ao período de 2/2013 a 8/2014, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2018.
- (iv) Trata-se de saldo de parcelamento de IRRF (assalariados e terceiros), PIS sobre folha de pagamento e Pis, Cofins e CSLL sobre terceiros em até 60 parcelas com vencimento final em 29/01/2020.
- (v) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 1.850.257, vide nota explicativa 22.

12. Outras obrigações

Modalidade	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Água e esgoto (i)	641.083	-	492.101	-
Água e esgoto - C. Gestão (iv)	71.130	-	-	-
Energia elétrica	1.221	-	11.841	-
Energia elétrica - C. Gestão (iv)	25.258	-	-	-
Telefone	7.372	-	74	-
Telefone – C. Gestão (iv)	2.810	-	-	-
Empréstimo consignado	25.636	-	63.024	-
Empr. consignado – C. Gestão (iv)	3.944	-	-	-
Outros valores a pagar	3.909	-	3.936	-
Parcelamento energia elétrica (ii)	-	-	21.795	-
Parcelamento de água e esgoto (iii)	136.441	825.376	129.653	913.963
Total	918.804	825.376	722.424	913.963

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.

- (ii) Conforme o Termo de Confissão de Dívida e renegociação de débito moratória Nº 20000000779 da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e a Fundação Santa Lydia, foi acordado o pagamento da dívida no valor de R\$ 719.779 (setecentos e dezenove mil setecentos e setenta e nove reais) dividida em 26 parcelas iguais.
- (iii) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.
- (iv) Referente a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 103.142, vide nota explicativa 22.

13. Contratos de gestão a realizar

Descrição	2018
Contrato de Gestão 01/2018 – Central	5.169.300
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Federal	117.138
Contrato de Gestão 02/2018 - UPA Municipal	685.363
Contrato de Gestão 03/2018 – Quintino	1.758.663
Total (nota 22)	7.730.464

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

14. Provisão para contingências

Descrição	2018	2017
Trabalhista	132.202	72.040
Cível	109.970	93.015
Total	242.172	165.055

A Fundação no curso normal de suas operações essa sujeita a riscos de demandas trabalhistas e cíveis, e também, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter e incrementar a provisão para as contingências trabalhistas e cível, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2017	109.397	725.956
Diminuição	(55.877)	(640.504)
Aumento	24.124	79.603
Saldos em 31 de dezembro de 2017	77.644	165.055
Diminuição	(30.987)	(270.946)
Aumento	31.440	348.063
Saldos em 31 de dezembro de 2018	78.097	242.172

15. Passivos contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 10.010.484 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 8.804.174 em 2017). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

16. Patrimônio líquido

- a. **Patrimônio social:** Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.
- b. **Reserva de doações:** Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.
- c. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.
- d. **Superávits acumulados:** Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Particulares	1.593.720	1.840.109
Contrato de Gestão (nota 22)	33.455.202	-
SUS (i)	18.678.842	19.253.199
Convênios (ii)	7.711.622	6.929.439
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	7.552.364	25.523.875
Total	68.991.750	53.546.622

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

18. Doações

Descrição	2018	2017
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	<u>23.528</u>	<u>39.701</u>

19. Custos dos serviços prestados

Descrição	2018	2017
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(10.865.445)	(20.189.270)
Serviços médicos – Contrato de Gestão (nota 22)	(14.205.153)	-
Custos de pessoal	(9.932.307)	(19.867.158)
Custos de pessoal – Contrato de Gestão (nota 22)	(15.840.050)	-
Serviços de autônomos	(80.011)	(99.494)
Serviços de empresas	(1.024.914)	(1.291.542)
Serviços de empresas – Contrato de Gestão (nota 22)	(1.374.004)	-
Medicamentos	(2.588.752)	(1.746.484)
Mater. Hospitalares – Contr. de Gestão (nota 22)	(758.680)	-
Materiais de enfermagem	(1.304.822)	(1.210.517)
Materiais e serviços de laboratório	(1.454.816)	(1.916.567)
Materiais e serv.de laboratório – C. Gestão (nota 22)	(512.820)	-
Órteses e próteses	(177.397)	(172.625)
Material de escritório	(109.070)	(116.729)
Material de escritório – Contrato de Gestão (nota 22)	(33.395)	-
Gêneros alimentícios	(904.534)	(941.535)
Gêneros alimentícios – Contrato de Gestão (nota 22)	(241.805)	-
Material de lavanderia, costura e roupas	(20.509)	(40.356)
Material de limpeza	(136.678)	(221.670)
Material de limpeza – Contrato de Gestão (nota 22)	(69.212)	-
Outros custos	(62.025)	(95.534)
Outros custos – Contrato de Gestão (nota 22)	(75.796)	-
Total	<u>(61.772.195)</u>	<u>(47.909.481)</u>

20. Despesas Administrativas e gerais

Descrição	2018	2017
Materiais em geral	(587.696)	(958.347)
Impostos, taxas e contribuições	(198.582)	(165.328)
Alugueis	(187.697)	(160.597)
Alugueis e Ut. Pública – Contrato de Gestão (nota 22)	(344.287)	-
Energia elétrica	(669.310)	(668.066)
Água e esgoto	(357.496)	(265.551)
Conservação e manutenção	(97.735)	(166.961)
(Provisão) reversão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(25.674)	7.166
Despesa com depreciação	(431.630)	(488.997)
Provisão para contingências	(48.396)	(7.563)
Diversas	(446.303)	(361.091)
Total	(3.394.806)	(3.235.335)

21. Resultado financeiro líquido

Descrição	2018	2017
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	163.874	533.344
Rendimentos sobre aplicação financeira	37.186	134.870
Rendimentos s/ aplic. financ. – Contr. gestão (nota 22)	130.238	
Juros Ativos	1.189	-
	<u>332.487</u>	<u>668.214</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(358.962)	(618.564)
Descontos Concedidos	-	(8.448)
Despesas Bancárias	(127.354)	(103.457)
	<u>(486.316)</u>	<u>(730.469)</u>
Total	(153.829)	(62.255)

22. Contratos de gestão

Descrição	2018
Ativo:	
Aplicações financeiras (nota 4)	751.999
Contratos de gestão a receber (nota 5)	13.281.286
Total do ativo	14.033.285
Passivo:	
Fornecedores e Honorários médicos (nota 10)	2.887.318
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias (nota 11)	1.850.257
Provisão de férias e encargos	1.331.866
Outras obrigações (nota 12)	103.142
Contratos de gestão a realizar (nota 13)	7.730.464
Total do passivo	13.903.047
Variação entre ativo e passivo	(i) 130.238
 Receitas serviços de saúde:	
Contrato de Gestão – Central	9.362.364
Contrato de Gestão – Quintino II	11.016.331
Contrato de Gestão – UPA Federal	4.382.862
Contrato de Gestão – UPA 13 Maio	8.693.645
Total das receitas serviços de saúde (nota 17)	33.455.202
Receitas com rendimentos de aplicação financeira (nota 21)	130.238
Total das receitas	33.585.440
Custo dos serviços prestados:	
Serviços médicos - Contrato de Gestão (nota 19)	(15.325.349)
Custos de pessoal - Contrato de Gestão (nota 19)	(15.713.513)
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 19)	(893.165)
Materiais de enfermagem - Contrato de Gestão (nota 19)	(758.680)
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 19)	(33.395)
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 19)	(241.805)
Material de limpeza - Contrato de Gestão (nota 19)	(69.212)
Outros custos - Contrato de Gestão (nota 19)	(75.796)
Despesas administrativas e gerais - Aluguéis e utilidade pública (nota 20)	(344.287)
Total dos custos e despesas	(33.455.202)
Receita (-) custos e despesas	(i) 130.238

(i) Referente aos rendimentos de aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão.

23. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

a. Assalariados:

Mês de competência	2018		2017	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	1.649.519	475.062	1.522.788	438.563
Fevereiro	1.594.543	459.228	1.516.275	436.687
Março	1.575.594	453.771	1.466.610	422.384
Abril	1.723.262	496.300	1.579.225	454.817
Maió	1.950.628	561.781	1.595.514	459.508
Junho	2.009.791	578.820	1.691.850	487.253
Julho	2.127.699	612.777	1.638.001	471.744
Agosto	2.180.018	627.845	1.598.311	460.314
Setembro	2.248.785	647.650	1.627.231	468.642
Outubro	2.254.355	649.254	1.595.395	459.474
Novembro	2.292.474	660.232	1.630.471	469.576
Dezembro	2.256.903	649.988	1.606.532	462.681
13º salário	1.752.330	504.671	1.378.174	396.914
Total	25.615.901	7.377.379	20.446.377	5.888.557

b. Autônomos:

Mês de Competência	2018		2017	
	Remuneração Paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	27.888	5.577	69.407	13.881
Fevereiro	30.851	6.170	84.262	16.852
Março	41.082	8.216	25.863	5.172
Abril	39.326	7.865	39.256	7.851
Maió	88.973	17.795	31.268	6.254
Junho	112.688	22.538	32.189	6.438
Julho	125.343	25.069	40.946	8.189
Agosto	133.980	26.796	24.789	4.958
Setembro	114.070	22.814	22.844	4.569
Outubro	100.540	20.108	28.914	5.783
Novembro	80.960	16.192	15.110	3.022
Dezembro	5.720	1.144	12.948	2.590
Total	901.421	180.284	427.796	85.559

24. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

25. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

26. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de cinco membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período. Sendo três membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, e um membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à Fundação. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

27. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Por fim, por meio da portaria nº 197, de 8 de fevereiro de 2018 foi deferido à renovação do CEBAS este tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2017 a 30 de dezembro de 2020.

28. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

29. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
